

Artigo / Article

As palavras do opositor político: o 'discurso representado' como expressão da opinião

*The words of the political opponent: 'represented discourse'
as an expression of opinion*

Patrícia Domínguez 

Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

a53859@campus.fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0009-0009-5380-2617>

Recebido em: 22/11/2022 | Aprovado em: 05/02/2023

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar como o locutor político recorre à citação de palavras do opositor para transmitir a própria ideologia. Para tal, o locutor manifesta a sua subjetividade através de vários recursos linguísticos. O nosso quadro teórico apoia-se em conceitos enunciativos como "discurso representado" (Rabatel, 2003) e "Ponto De Vista" (Rabatel, 1998). Os aspectos ideológicos são abordados de acordo com a proposta sociolinguística de Thompson (1990) sobre os modos de operação da ideologia. A metodologia centra-se na análise linguística de excertos retirados de três discursos políticos proferidos na ONU. Assim, o objetivo do estudo é caracterizar a inscrição linguística da subjetividade presente na amostra. Com base nos resultados, demonstramos como a citação permite ao locutor introduzir dois pontos de vista contraditórios, assumindo um certo grau de responsabilidade perante as palavras convocadas através de "verbos de processo mental" (Rabatel, 2003), que veiculam opiniões e emoções.

Palavras-chave: Sociolinguística • Subjetividade • Ponto de Vista • Ideologia
• Manipulação

Abstract

This paper aims to analyze how the political speaker resorts to quoting the opponent's words to convey his own ideology. To this end, the speaker

manifests subjectivity via several linguistic resources. Our theoretical framework is supported by enunciative concepts such as "represented discourse" (Rabatel, 2003) and "point of view" (Rabatel, 1998). Ideological aspects are approached according to Thompson's (1990) sociolinguistic proposal on the modes of operation of ideology. The methodology focuses on the linguistic analysis of excerpts drawn from three political speeches delivered at the UN. Thus, the scope of the study is to characterize the linguistic inscription of subjectivity as present in the sample. On the basis of the results, we demonstrate how quoting allows the speaker to introduce two contradictory points of view by assuming a certain degree of responsibility towards the words summoned up by means of "mental process verbs" (Rabatel, 2003) which convey opinions and emotions.

Keywords: Sociolinguistics • Subjectivity • Point of View • Ideology • Manipulation

1 Objetivo do estudo

O objetivo do presente trabalho é descrever o modo como o locutor político desvaloriza o posicionamento do adversário ideológico através da paráfrase das palavras desse último. Para tal, esta investigação visa mostrar como o emprego do “discurso representado” (Rabatel, 2003), enquanto estratégia discursiva, permite a inscrição linguística da subjetividade (incluindo a ideologia) do locutor. Através da retomada das palavras do seu opositor ideológico, o locutor introduz na enunciação política dois pontos de vista antagônicos, a fim de reforçar a sua posição aos olhos do alocutário. Para tal, o locutor mobiliza estratégias de construção simbólica (Thompson, 1990), nomeadamente, certas estratégias sintáticas e semânticas, entre as quais se destacam a presença ou a ausência de marcas do sujeito – o “apagamento enunciativo” (Vion, 2004; Rabatel, 2003) –, a escolha lexical e, especialmente, a presença explícita ou implícita de verbos de processo mental. Assim, a análise dessas questões permite-nos revelar os mecanismos de verbalização dos pontos de vista (doravante PDV), mediante os quais o locutor desvaloriza o posicionamento antagônico, reforçando simultaneamente o seu próprio posicionamento. Por conseguinte, o âmbito deste estudo incide sobre a caracterização da forma de inscrição linguística da subjetividade e, em particular, sobre o modo como a ideologia se inscreve, enquanto expressão da referida subjetividade.

2 Estado da arte

A noção de subjetividade e, sobretudo, a presença do terceiro no ato de enunciação tem sido estudada por teóricos e filósofos literários, bem como por linguistas e antropólogos. Essa noção está ligada a outros conceitos, tais como o reconhecimento da responsabilidade enunciativa, a marcação da distância enunciativa e a inscrição do sujeito no ato de enunciação. A esse respeito, vale a pena debruçarmo-nos sobre o contributo de Bakhtine & Volochinov (1929/1977), que definiram o enunciado como a materialização do discurso, onde o processo

de significação linguística tem lugar e cuja estrutura é sociologicamente determinada. Logo, a soma de enunciações historicamente situadas dá forma ao discurso. São várias as linhas de estudo relevantes que emergem da definição proposta por Bakhtine & Volochinov (1929/1977).

Em primeiro lugar, sublinha-se a incidência do aspecto sociológico na configuração das enunciações e a natureza da interconexão entre essas enunciações, questões essas tratadas pelo teórico literário Genette (1982) no Capítulo I de *Palimpsestes*. Segundo o autor, estabelecem-se diversos tipos de relações entre textos (enunciados), que devem ser entendidos como manifestações de um fenômeno de “transtextualidade”, sendo esse “[...] tout ce qui le mette en relation, manifeste ou secrète, avec d’autres textes” (Genette, 1982, p. 8). Genette classificou as relações de transtextualidade em cinco formas: intertextualidade, paratextualidade, metatextualidade, hipertextualidade e arquitekstualidade. Todavia, centrar-nos-emos exclusivamente na intertextualidade, uma vez que a citação, enquanto expressão desse último tipo de transtextualidade, é o objeto do presente estudo.

A noção de intertextualidade, baseada na proposta teórica da linguista Kristeva (1969), caracteriza-se pela evidente copresença de dois ou mais textos, tais como a citação, o plágio e a alusão. No que diz respeito à descrição da intertextualidade no âmbito da Análise do Discurso, Authier-Revuz (1982) e Maingueneau (1987) distinguem intertextualidade manifesta, na qual a transmissão das palavras de um terceiro é feita através de citações ou alusões presentes num texto específico, de intertextualidade constitutiva, na qual um texto partilha elementos com outros textos, anteriores ou posteriores.

Em segundo lugar, no que diz respeito à atribuição de responsabilidade enunciativa e à distância nos tipos de discurso, Bakhtine & Volochinov (1929/1977) propuseram diferenciar, por um lado, os discursos autorais dos discursos de outras pessoas; e, por outro, os discursos diretos dos discursos indiretos (a nível gramatical, sintático). Os autores também destacaram a existência de dois tipos de discurso indireto: o temático-analítico e o analítico-discursivo. No primeiro caso, o autor reproduz as palavras do outro de uma forma objetiva, estando-se perante o recurso estilístico discursivo de citação. No segundo caso, o autor constrói uma personagem que assume as avaliações do autor de uma forma mais subjetiva, sendo a personagem um enunciador que apresenta o seu ponto de vista. Assim, Bakhtine & Volochinov (1929/1977) realçam a questão da presença no enunciado tanto do autor como da personagem, contribuindo com as suas observações para o desenvolvimento da teoria da interpretação polifônica das enunciações.

Nos anos 1950-1960, a Linguística aprofundou os conceitos de responsabilidade e de distância enunciativa, o que levou ao desenvolvimento de duas teorias centradas na presença de vários seres discursivos no ato de enunciação, nomeadamente, a Teoria da Enunciação (Benveniste, 1966) e a Teoria dos atos de fala (Austin, 1962; Searle, 1976). A primeira considera a subjetividade uma propriedade fundamental da língua, a ser entendida como a capacidade do locutor de se colocar como sujeito discursivo. Já a segunda, enquadrada na Pragmática e, portanto, assente nos conceitos de interação e de performatividade, limitados aos

atos de fala, atribui a responsabilidade desses últimos a um locutor, que atua no papel de produtor do enunciado, ou seja, na qualidade de representação locucionária. Não obstante, contempla a existência de outro ser no discurso, o enunciador, na qualidade de representação ilocucionária do locutor (Austin, 1962; Searle, 1976).

Posteriormente, Ducrot (1988) foca na caracterização dos conceitos de locutor e de enunciador através da elaboração da Teoria da Polifonia. Assim, a nível discursivo, o autor aponta para a existência de duas instâncias enunciativas: o locutor, que emite o enunciado, e a presença de um ou de vários enunciadores, responsáveis pelo enunciado. Neste sentido, segundo a Teoria da Polifonia (Ducrot, 1984), existem enunciados polifônicos em que coexistem mais do que um enunciador, tais como aqueles que contêm uma dupla enunciação sob a forma de um discurso narrado; ou aqueles em que coexistem diferentes pontos de vista do mesmo enunciador ou de vários enunciadores, que manifestam diferentes vozes do mesmo locutor.

Em terceiro lugar, Bakhtine & Volochinov (1929/1977) postulam a necessidade do tratamento da tipificação da presença do outro que, por sua vez, levanta a questão dos pontos de vista presentes nos textos. Essa tarefa foi realizada pelo linguista Rabatel (1998, 2003) através da Teoria dos Pontos De Vista, centrada na descrição da textualização dos pareceres verbalizados pelos enunciadores. Na opinião do autor, a nível enunciativo, poderão ser relevados graus diferentes de objetividade das avaliações presentes. Segundo Rabatel (2003), o locutor tem uma gama de possibilidades criativas para a transmissão de PDV, sob uma perspectiva textual. Desta forma, o linguista teoriza o conceito de discurso representado, no qual as palavras do outro, referidas em estilo indireto livre, concentram dois pontos de vista diferentes:

On considèrera que le discours *représenté* (DR) – que, pour des raisons énonciatives et pragmatiques nous préférons nommer ainsi plutôt que discours *rapporé* (cf. Nølke *et al.* 2004:57 et Rabatel 2003a) — est un sous-ensemble de la problématique plus vaste du dialogisme (Bres et Verine 2002:159). L'approche dialogique du DR prend en compte un large éventail de formes : DD, DI, DIL, discours direct libre, discours narrativisé (DN), îlots textuels de DD, DD avec *que*, formes de modalisation d'emprunt en *selon* – ou un équivalent, cf. l'exemple (11) –, de modalisation autonymique d'emprunt (« il fera "un temps de rêve" comme dit X », cf. Authier-Revuz), conditionnel d'altérité énonciative qu'on rencontre dans les hypothèses, et pas seulement sous la plume des journalistes (Rabatel, 2005, p. 17)

Com efeito, por um lado, assumem a perspectiva de um terceiro, mas, por outro lado, codificam o ponto de vista do próprio locutor ou de um enunciador diferente do mencionado. Para examinar a forma como essa textualização é produzida, o autor remete para o estudo de certas estruturas sintáticas e de marcas semânticas de ordem diversa, salientando o papel dos verbos de processo mental. Quanto à presença do outro no enunciado através de citações, já assinalada por Bakhtine & Volochinov (1929/1977), a mesma foi amplamente estudada pelo linguista Maingueneau (2013) no quadro da sua Teoria das frases sem texto, em que descreve

os tipos de recuperação de palavras de um terceiro, apelidadas de aforizações, bem como as suas marcas.

Finalmente, Bakhtine & Volochinov (1929/1977) assinalam que a ideologia e o discurso não podem ser concebidos de forma desconexa, o que significa que a presença da ideologia é parte integrante da inscrição da subjetividade no ato de enunciação. Na verdade, a sua relação íntima pode ser detectada através do exame dos modos de transmissão do discurso autoral e do discurso do outro. Assim, os estudiosos enfatizam que, a nível enunciativo, a ideologia se pode detectar, especialmente, na utilização de construções sintáticas. Neste sentido, Ricoeur (1976) entende que a ideologia pode também ser abordada sob a ótica da linguagem figurativa, colocando a análise de certos mecanismos retóricos no centro da compreensão do problema da “expression of interests in ideas” (Ricoeur, 1976, p. 23).

Subsequentemente, inúmeros autores formularam propostas destinadas à descrição e à análise da ideologia contida no texto. Por exemplo, Lundquist (1990, p. 142-143) assinalou que a ideologia afeta a sintaxe em relação a três aspetos: norma linguística, convenções e hierarquia social. Mais recentemente, os trabalhos de Amossy (1994, 2010), no âmbito da Teoria da Argumentação do Discurso, debruçam-se sobre a relação da ideologia com o *ethos/pathos* (retórico), especialmente, através da caracterização dos pré-construídos. A autora defende a existência do intercâmbio linguístico como um campo de debate ideal entre opositores ou adversários (não inimigos) para permitir uma discussão civilizada dentro de parâmetros democráticos (Amossy, 1994).

Também Charaudeau (1983) já havia teorizado a ligação entre ideologia e *ethos/pathos* (retóricos), com particular ênfase na caracterização de *ethos* discursivo e imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2005) no quadro da sua Teoria Semiolingüística. Precisamente, com base na proposta de Charaudeau relativa ao *ethos* discursivo do locutor, as linguistas Pita e Pinto (2014) levaram a cabo vários estudos e formularam propostas teóricas para a análise da persuasão na base de conceito de *ethos*, “[...] entendido como o resultado das escolhas linguístico-textuais, que permitem construir as várias figuras nas quais o orador se desdobra para criar empatia com o seu auditório” (Pita; Pinto, 2014, p. 133).

No domínio da Sociolingüística, os contributos de Silverstein (1979) e Thompson (1990) merecem especial menção. O primeiro centrou-se na caracterização “metapragmática” (Whorf, 1956). Por seu turno, o último aponta para a importância do estudo das formas simbólicas em contexto, enquanto veiculadoras de sentidos ideológicos. Ainda na opinião desse autor, essas formas simbólicas abrangem fenômenos linguísticos de variada ordem, tais como “actions and utterances, images and texts” (Thompson, 1990, p. 59). Para a sua análise, o sociolingüista propõe distinguir cinco aspetos básicos do sentido, isto é, o intencional, o convencional, o estrutural, o referencial e o contextual. O autor teoriza também sobre a existência de cinco modos de operação da ideologia, nomeadamente, legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação ou coisificação. Finalmente, ele enumera várias estratégias de construção simbólica que podem ser mobilizadas. Segundo

Thompson (1990), a construção de sentido, cuja natureza é orientada para o exercício de uma relação de domínio, resulta da combinação dos elementos acima referidos. A questão do exercício do domínio através da linguagem é o foco de estudo da Análise Crítica do Discurso. Também outras correntes linguísticas estudam a relação linguagem/ideologia, entre as quais sublinhamos o contributo de Errington (1985) no desenvolvimento da noção de relevância pragmática¹.

3 Amostra em estudo

Este trabalho de investigação baseia-se numa amostra de três alocações políticas proferidas na Organização das Nações Unidas (doravante ONU) por representantes políticos latino-americanos de ideologia socialista. As três apresentam-se como intervenções monológicas sujeitas a restrições marcadas pelas práticas textuais desse organismo. A amostra faz parte do corpus de estudo da tese de doutoramento que estamos a desenvolver.

A primeira alocação (doravante A1) data de 07.04.2017 e foi proferida pelo Embaixador da Bolívia nas Nações Unidas, o diplomata Sacha Llorenti, no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU 7919), no marco de uma sessão pública em que era debatido o conflito armado na Síria. A segunda e terceira alocações abordam as questões da dívida soberana e do terrorismo internacional, foco de interesse da presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. A segunda (doravante A2) teve lugar na reunião anual (sessão nº 68) da Assembleia das Nações Unidas em 24 de setembro de 2013. Já a terceira (doravante A3) desenrolou-se no Conselho de Segurança em 24 de setembro 2014, no marco de uma sessão extraordinária (CSNU 7272) que tinha por objeto aprovar uma resolução para o combate ao terrorismo internacional. Incluímos uma representação escrita dos excertos das enunciações da amostra para facilitar a consulta.

4 Marco teórico

Neste estudo, assume-se a caracterização do discurso do outro (Bakhtine; Volochinov, 1929/1977) como fenómeno de natureza polifónica (Ducrot, 1984) e transtextual (Genette, 1982), neste caso, intertextual (Kristeva, 1969). Os conceitos de locutor e de enunciador são empregues com base na proposta de Ducrot (1989) e, portanto, são definidos como instâncias enunciativas. Já o texto é abordado como ato de enunciação global (Lundquist, 1980, 1991) e como materialização do discurso de tipo político (Maingueneau, 2010).

Para a análise da amostra, recorreremos à proposta teórica desenvolvida por Rabatel (2003) sobre o discurso representado, que aborda a manifestação do discurso do outro enquanto

¹ “[...] native speakers' awareness of the social significance of different leveled linguistic alternants” (Errington, 1985, p. 294-295).

verbalização simultânea de dois PDV (Rabatel, 1998). Segundo os seus postulados, o locutor, mediante a criação de espaços enunciativos, transmite palavras, pensamentos ou percepções próprios, através de um ou de vários enunciadores, ou de outros locutores (definidos ou indefinidos), de maneira hierarquizada² (Rabatel, 2003, p. 73). Tal expressão pode ter manifestações semânticas e sintáticas diferentes, com base no distanciamento (temporal, epistémico, axiológico, etc.) que o locutor imprime ao ponto de vista visado. O linguista expõe a relevância do estudo da manifestação das percepções por meio dos PDV representados, porque esses veiculariam, no plano enunciativo, uma combinação de percepções e de pensamentos pertencentes quer a um terceiro não identificado com o locutor (um seu *alter ego*), quer a si próprio. Em especial, assinala a importância da análise dos enunciados narrativos em que o locutor-narrador inscreve um PDV ou uma enunciação relatada de um terceiro, através do enunciador e2, não identificável com o locutor (Rabatel, 2003, p. 59)³.

A inscrição linguística do discurso representado e, especificamente, da sua subclasse, os PDV representados, realiza-se através da presença explícita ou implícita de verbos de processo mental (Rabatel, 2003, p. 52), a saber, *verba sentiendi, dicendi putandi*, e de estruturação. Isto porque esses tipos de verbos compartilham uma relação semântica de natureza meronímica⁴ no que diz respeito aos processos mentais que expressam. Tal relação meronímica, defende Rabatel, pode operar em estruturas frásicas diferentes (com e sem subordinação, em justaposição, coordenação ou dentro de outra frase num encadeamento paratáxico), desde que exista uma relação de transitividade sintática entre o objeto direto do verbo *sentiendi* e o objeto de uma predicação secundária na mesma frase. Por outras palavras, “[...] la représentation de la perception équivaut à un procès mental accompagnant ou suivant la perception” (Rabatel, 2003, p. 67-8).

² No original: “[...] le discours représenté est la mise en re-présentation d’espaces énonciatifs distincts et hiérarchisés par le locuteur citant. Ces espaces énonciatifs peuvent provenir : • de locuteurs différents (I1 et I2), définis ou indéfinis; • de points de vue distincts d’un seul locuteur (L1 représente des propos de E1, e2); • d’un énonciateur à l’origine d’un point de vue, sans être représenté dans le DR comme locuteur (L1 représente le point de vue de e2). Cette mise en re-présentation est sémantiquement et syntaxiquement variable: • selon la nature des phénomènes représentés, parole et/ou pensée et/ou perception; • selon la nature du lien entre le discours citant et le discours cité; • selon la nature de la représentation du «discours» cité: comme discours de L2 ou comme point de vue de e2, sans que ce dernier n’ait été représenté comme locuteur de son point de vue; • selon les formes de prise de distance envers telle ou telle manière de dire et/ou de penser et/ou de percevoir: distance temporelle, épistémique (perception, inférences, dire d’autrui), axiologique, etc.” (Rabatel, 2003, p. 73).

³ No original: “En effet, l’analyse énonciative du PDV revient à interpréter des énoncés narratifs comprenant des descriptions ou des récits délocutés comme l’expression d’une subjectivité indirecte et implicite d’un énonciateur e2 disjoint du locuteur narrateur, bref, comme expression d’un PDV rapporté, ou d’une énonciation rapportée” (Rabatel, 2003, p. 59).

⁴ Palavra composta de origem grego formada pelos termos μέρος (parte ou divisão) e ὄνομα (nome). Relação léxica-semântica intra-linguística não-formal entre unidades lexicais. “A relação meronímica é um tipo de relação de parte-todo entre itens lexicais. [...] meronímias também podem se estabelecer a partir de significados interpretados contextualmente. [...] Meronímias são caracterizadas ainda pela sua habilidade em gerar cadeias de elementos conectados” (Almeida; Emygdio, 2019).

Para além disso, Rabatel estuda pormenorizadamente os PDV representados no caso da modalidade enunciativa⁵ em que existe um “apagamento enunciativo”⁶, ou seja, em contexto passado e sem marcas de centro dêitico,

On dira qu'il y a effacement énonciatif, dans le cadre du PDV lorsque: - en contexte passé, les marques du centre déictique sont absentes (en bref lorsque la subjectivité s'exprime non pas par le JE/ICI/MAINTENANT, mais, par le biais du IL/ALORS/LA-BAS (Banfield, 1995); le sujet de la perception n'est pas explicite; le procès de perception est sous-entendu; et que la valeur énonciative des perceptions ne repose que sur le discordancier énonciatif marqué par l'opposition premier/deuxième plans et/ou sur le caractère subjectivant de la référenciation de la perception (Rabatel, 2003, p. 63).

No que diz respeito à ideologia, a sociolinguística teorizou sobre a sua manifestação linguística. Das propostas existentes, aderimos aos postulados de Thompson (1990). O sociólogo aborda o estudo da ideologia através de um conjunto de modos de operação e de estratégias de expressão. O primeiro modo de operação da ideologia, a legitimação, baseia-se em princípios racionais (apelando à legalidade), tradicionais (apelando à inviolabilidade das tradições) ou carismáticos (apelando ao carácter de um indivíduo com autoridade), que legitimam o *statu quo* das relações de poder. As estratégias que respondem a esse fim podem ir desde a falácia argumentativa (racionalização), passando pela apresentação do concreto como sendo interesse geral (universalização) ou, ao invés disso, apresentando questões gerais numa perspectiva individualizada (particularização), até à justificação, através de histórias inseridas no passado (narrativização), que servem para criar um sentimento de comunidade ou pertença.

O segundo modo de operação da ideologia, a dissimulação, parte da ocultação ou da negação das relações de domínio através do recurso de deslocamento contextual de expressões, ao usar um termo conotado para designar um objeto ou uma pessoa diferente; ou pelo contrário, parte do recurso à eufemização, mediante a descrição ou redefinição de ações, instituições ou relações sociais com termos que levem à sua avaliação positiva; ou, ainda, recorre ao tropo ou a figuras da linguagem como a sinédoque, a metáfora ou a metonímia.

O terceiro modo – a unificação ou padronização – consiste na criação simbólica de uma identidade coletiva por cima das diferenças individuais, através de estratégias como a estandardização (e.g.: a língua do Estado por cima das línguas nacionais) ou a simbolização da unidade (e.g.: a bandeira do Estado ou do coletivo).

⁵ Modalidade é aqui entendida enquanto categoria semântica que afeta o sentido a nível de proposição no plano do enunciado. Segundo Vion (2004, p. 101), “La modalité pourrait alors être définie comme l'univers dans lequel le sujet réagissant inscrit la représentation qu'il construit dans son discours”. O termo modalidade é objeto de constantes definições e reinterpretações na literatura linguística. A este respeito, gostaríamos de destacar as contribuições feitas nos últimos anos por Nuyts (2005, 2014). O linguista defende o uso do termo modalidade, como noção, para designar uma "supercategory" que pertenceria a um nível de abstração mais elevado do que categorias consideradas modais como o tempo e o espaço (Nuyts, 2005).

⁶ Em alguns contextos, este “apagamento enunciativo” corresponde ao “valor” intersubjetivo, partindo do conceito de subjetividade como dimensão da noção de modalidade, segundo proposta de Nuyts (2014).

A fragmentação, o quarto modo, fundamenta-se na promoção de divisões internas no seio de grupos que podem constituir uma ameaça ao poder. As estratégias utilizadas podem ser a diferenciação, pondo ênfase em aspetos que quebram a unidade; ou o expurgo do outro, mediante a construção simbólica de um inimigo frente ao qual é preciso estar unido.

Por fim, o quinto modo de operação da ideologia, a reificação, constitui-se através da apresentação de uma situação transitória como tendo um carácter atemporal e, portanto, natural. As estratégias de expressão podem ser a naturalização (e.g.: a discriminação), a eternalização, ao apresentar um fenómeno sócio-histórico como permanente (e.g.: tradições tratadas como normas imutáveis), ou a nominalização e a passivização. Essas duas estratégias são de natureza sintática. Através do apagamento de atores ou de ações, procuram dirigir a atenção para certas questões em detrimento de outras. Assim, de um lado, a nominalização ocorre nos casos em que ação, sujeitos envolvidos, proposição ou um fragmento da proposição são transformados em nome. De outro lado, a passivização acontece quando o sujeito é colocado como agente passivo da ação.

5 Metodologia e Ferramentas de análise

A fim de analisar o discurso do outro, enquanto fenómeno polifónico e transtextual, na forma de discurso relatado, assumimos a proposta de definição de discurso representado elaborada por Rabatel (2003, 2005). No entanto, para a análise da ideologia, recorreremos à proposta teórica de Thompson (1990), recolhida no Quadro 1. A nível textual, focamos no levantamento das marcas de inscrição da subjetividade, podendo essas ser de natureza semântica ou sintática. Especialmente, centramo-nos no estudo da presença do apagamento enunciativo, da alteração da ordem sintática, do emprego de verbos de processo mental e da escolha de certos lexemas conotados (Vion, 2004; Rabatel, 2003).

Quadro 1. Modos e estratégias de construção simbólica

Modos gerais	Algumas estratégias de construção simbólica
Legitimação	Racionalização, Universalização, Particularização e Narrativização
Dissimulação	Deslocamento, Eufemização e Tropo (uso figurativo da linguagem)
Unificação	Estandardização e Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação e Expurgo do outro
Reificação	Naturalização, Eternalização, Nominalização/passivização

Fonte: elaborado pela autora.

Primeiramente, seleccionamos os trechos narrativos em que o locutor-narrador atribui a responsabilidade do que é dito a um terceiro, que representa o seu opositor ideológico.

Nesse intuito, identificamos as estruturas sintáticas próprias do discurso relatado e as possíveis alterações da ordem sintática, incluindo as orações impessoais ou passivas em que é difícil determinar o sujeito enunciativo e/ou referente envolvido. Trata-se, pois, de ocorrências em que, frequentemente, existe um apagamento enunciativo (Vion, 2004; Rabatel, 2003). Em seguida, detectamos a presença de verbos de processo mental (Rabatel, 2003), verbalizados ou não, e de lexemas conotados. Por fim, analisamos a relação entre as marcas de subjetividade levantadas e as estratégias e modos de expressão da ideologia, a fim de determinar a forma como o locutor defende o seu PDV através da reformulação de PDV contrários.

6 Análise da amostra

As palavras de um terceiro são, amiúde, objeto de uma paráfrase em estilo relatado, cujo responsável fica num segundo plano, sendo, por vezes, até cancelado. Isso se deve a uma re-representação (Rabatel, 2003) das palavras do outro através do discurso representado, mediante o qual o locutor quer marcar a relevância do conteúdo do texto original em prejuízo do seu autor. Desta forma, o locutor pode privilegiar a sua própria percepção das palavras de um terceiro, reforçando ou contradizendo o PDV do locutor, principalmente, através da escolha lexical e da construção sintática. A fim de textualizar tal percepção, evidenciamos como o locutor recorre a construções sintáticas em que o sujeito é difícil de identificar, como no caso das orações passivas (4, 5) ou passivas reflexas (5), das orações impessoais (1, 5, 7) ou quando o sujeito das orações é a terceira pessoa (singular ou plural) cujo referente não é obvio (2, 3, 6). Essa estratégia verbal articula-se com a reificação (Thompson, 1990), o modo de operação da ideologia em que se retrata uma situação como tendo um carácter permanente, todavia, desta vez, em prol de enfraquecer ou minar a relação de dominação.

O locutor recorre, com alguma frequência, ao apagamento enunciativo (Vion, 2004; Rabatel, 2003), quando apresenta o PDV em contexto passado, no qual a responsabilidade enunciativa é difícil de identificar com referentes concretos. Os verbos, nestes casos, são conjugados, segundo a terminologia castelhana, no pretérito indefinido⁷ ou imperfeito, mas há também ocorrências em que o locutor utiliza o presente histórico (2, 3). Em especial, sobressai o recurso ao pronome *nós*, que podemos assinalar como sujeito experimentador da percepção. Esse corresponderia, de acordo com Amossy, à comunidade de afeto que partilha um mesmo sistema de valores e de crenças, da qual o locutor faz parte (Amossy, 2008, p. 113-125). O enunciador representado por *nós*, portanto, é um desdobramento do locutor-enunciador que visa validar a sua afirmação em relação à *doxa* da sua comunidade.

Para exemplificar o supramencionado, destacam-se algumas ocorrências presentes nos textos analisados:

⁷ Em língua portuguesa equivale ao pretérito perfeito do indicativo.

- (1) A1 “[...] *se nos dijo que*”
- (2) A1 “[...] *Nos hablan del* discurso de los derechos humanos, *que nosotros cumplimos*, pero cuando el discurso de los derechos humanos *no les alcanza* para sus intereses, violan sistemáticamente los derechos humanos. [...]”
- (3) A2 “[...] *lo curioso es que muchos de los que hablan* de derechos humanos, de respeto a las instituciones y al derecho internacional, y a la Corte Penal de Roma y a cuanto discurso sobre derechos humanos *ande por allí suelto* no han firmado ninguno de estos tratados. [...]”
- (4) A2 “*Esto fue utilizado* internamente en nuestro país para atacarnos políticamente. Y también aquí en Estados Unidos *por los fondos buitres* para ponernos en contra del Congreso americano y [...]”
- (5) A2 “[...] porque también en el interregno de todo esto había aparecido Sadam Hussein con armas químicas en Irak, con el cual *se libró* una batalla, finalmente *se terminó* con Sadam Hussein y luego Irak *se fue complicando* cada vez más, *y es como que el mundo se va complicando* cada vez más [...]”
- (6) A2 “*Y muchos mencionaron*, aquí, que el 21 de agosto se produjo la crisis de Siria. [...] *Recordaba un mandatario*, *que intervino* también en el día de la fecha, de las cámaras de gas de los nazis, terribles, las trincheras, también armas químicas en otro lado. [...]”
- (7) A3 “[...] entonces, *observo* como un discurso mucho más amigable y amistoso hasta de quienes, el año pasado, *se nos acusaba* junto a nosotros o de haber hablado con ellos de ser terroristas.”

Também a nível de enunciado, releva-se uma alteração na ordem sintática, principalmente, através de estruturas passivas, enquadradas numa estratégia de passivização de um ponto de vista ideológico (Thompson, 1990). Assim, o locutor utiliza a construção sintática da voz passiva para centrar a atenção do coenunciador nos fatos, uma vez que produz um apagamento do sujeito que, potencialmente, poderia se tornar agente ou vítima, em sentido ideológico, da ação (4, 5). Para além disso, a estrutura passiva facilita a colocação da ação numa posição de destaque. Deste modo, o sujeito actante fica num segundo plano. Isto, por sua vez, possibilita a proteção da face social dos implicados. Simultaneamente, o locutor-enunciador constrói para si um *ethos* discursivo conciliador ou dialogante (Maingueneau, 1984; Charaudeau, 2005, 2008).

Tal como fica evidenciado nas ocorrências supracitadas, o locutor-enunciador visa enfraquecer a credibilidade do PDV contrário, recorrendo à apresentação do PDV adversário através da ofuscação do referente. Por outras palavras, o locutor não atribui a informação a um sujeito com nome e apelido, pois nomeia o cargo que ostenta, como por exemplo, “un mandatário” (6), “el entonces Secretario” (8), “un presidente” (9). Desta forma, o locutor evita personalizar ou dar relevância ao referente ou, ainda, diretamente cancela o sujeito (1-5, 7). Isto deve-se ao fato de que esse costuma usufruir de um poder de imposição simbólica (Bourdieu, 1989).

A título de exemplo, destacamos algumas ocorrências presentes nos textos examinados:

- (8) A1 “[...] cuando *el entonces Secretario de Estado de los EUA* venía a esta sala a presentarnos, *según sus propias palabras*, «pruebas contundentes» [...]”
- (9) A2 “[...] Lo cierto es que también *escuché hablar* hoy de «elecciones imperfectas». *Me gustó* el término que utilizó *un presidente*, «elecciones imperfectas». [...] *Todos los que pasaron hablando por acá*, todos, *dijeron que* quieren la paz, que se aman unos con los otros.”

No caso que nos compete, os PDV deses referentes desfocados inscrevem-se numa ideologia oposta à defendida pelo locutor, sendo que os PDV aludidos representam o poder hegemônico, a saber, as transnacionais, o sistema financeiro internacional e as potências, nomeadamente, os EUA.

Repare-se nos exemplos transcritos abaixo:

- (10) A1 “*Cuando* interesa el discurso de derechos humanos, está bien. Pero *cuando* ya no cumple con sus intereses, *ya no importa*. Lo mismo pasa con la democracia. *Cuando* conviene a sus intereses, defensores de la democracia, pero *cuando* no, financian golpes de estado.”
- (11) A2 “*Menciono* este tema de los derechos humanos porque también *en otro discurso*, *no quiero equivocarme*, hoy *se dijo*: «si ese es el mundo en el que la gente quiere vivir», *se refería* a aquellos países que creemos realmente que hay una diversidad cultural, y que hay valores que tal vez nos parezcan a nosotros absolutos y a otros les parezca relativo, y viceversa, [...] *Se dijo*, hoy aquí, que «si ese es el mundo en que la gente quiere vivir deberían decirlo y contar con la fría lógica de las fosas comunes». [...] *Porque la verdad que* el dinero del narcotráfico, no se lava en los países que producen la materia prima; el dinero del narcotráfico se lava en los países centrales. *Bueno es decirlo también ya que tanto se habla* del narcotráfico *y se habla de tantas cosas.»*”
- (12) A3 “[...] en aquel momento en mi país y en el mundo *se decía que* Hezbollah había sido responsable de la voladura de la AMIA. [...] *nos enteramos que* durante el fin de semana *el jefe del Departamento de Estado de este país* se entrevistó con su par iraní, en un conocido hotel de esta ciudad, a fin de abordar el problema de ISIS. [...] entonces, observo como un discurso mucho más amigable y amistoso *hasta de quienes, el año pasado, se nos acusaba* junto a nosotros o de haber hablado con ellos de ser terroristas. [...] el año pasado, en San Petersburgo, no tan lejos, fue en noviembre, *si mal no recuerdo*, todavía no hace un año, *se consideraba la posibilidad de que* el gran enemigo era el gobierno de Siria y que los que lo combatían eran los Freedom Fighters [...]».”

O efeito pretendido, isto é, a aproximação do auditório, resulta numa estratégia de desvalorização da opinião convocada. Isso porque o locutor-enunciador quer semear a dúvida do dito pelo adversário político (Ey), convertendo a citação ou a aforização fraca (Maingueneau, 2013) numa informação que não merece ser repetida, senão apenas aludida, tal como um rumor que mais tarde será rejeitado, (cf. (12): “se decía que / nos enteramos que”). Consequentemente, as estruturas sintáticas e os lexemas utilizados visam sublinhar essa falta

de “veracidade”. Nos excertos acima, por exemplo, observamos como o locutor da A1 recorre a construções sintáticas com o advérbio relativo “cuando”, num sentido condicional (10). Por vezes, os locutores empregam lexemas que apontam para essa falta de importância do que foi dito, ao ponto de fazer referência a “en otro discurso” (11) ou de acrescentar um comentário intercalado do locutor-enunciador (2, 3, 9). Isso reforça a mesma ideia de atribuir pouco valor às palavras do terceiro, como se verifica em “según sus propias palabras” (8), “ya no importa” (10), “no quiero equivocarme”, “se habla de tantas cosas” (11).

No entanto, sublinhamos que a inscrição linguística da subjetividade, incluindo a expressão da dúvida, costumam ser verbalizadas através de construções, sobretudo, impessoais, que contêm um verbo de processo mental, como *sentiendi*, *dicendi*, *putandi*, e de estruturação (Rabatel, 2003, p. 52). Frequentemente, trata-se de um verbo *dicendi*, como dizer (1, 9, 11, 12), conjugado em pretérito indefinido ou imperfeito de indicativo. Assim, o recurso ao discurso representado (Rabatel, 2003) cumpre essa dupla função de, por um lado, desvalorizar o PDV do adversário e o seu enunciador original, e, por outro, de introduzir veladamente um PDV oposto ao aludido, através de estratégias sintáticas ou semânticas como as referidas. A esse propósito, destaca-se o recurso a marcas contextualizadoras, como demonstrativos ou advérbios de lugar e de tempo, com o intuito de apresentar a distância ou a proximidade do locutor perante o que está a ser dito.

O apagamento enunciativo (Vion, 2004; Rabatel, 2003) facilita a introdução de um PDV o qual o locutor-enunciador não partilha, apresentando, por sua vez, uma percepção pessoal da mesma, ou seja, um PDV alternativo. Assim, a construção “se dijo”, expressão introdutória das palavras de um terceiro, serve, também, para verbalizar um PDV que re-representa essas mesmas palavras, uma vez que o locutor-enunciador recorre a um discurso representado (Rabatel, 2003) para inscrever dois PDV opostos. Desta maneira, o locutor indica ao alocutário a pouca fiabilidade do PDV convocado. A escolha de verbalizar o conteúdo através de uma construção impessoal, que implica um distanciamento do que está a ser dito, permite alcançar esse objetivo. Na amostra, verifica-se também a presença do verbo lembrar, quer explicitamente (7), quer implicitamente (4, 5, 11, 12). Para tal, sobressai o recurso ao pretérito imperfeito de indicativo (6, 7, 8, 11, 12) em trechos narrativos que apresentam, num segundo plano, as ações relatadas.

No que diz respeito aos lexemas escolhidos pelos locutores-enunciadores, destaca-se o emprego de “fondos buitres” (4), “pruebas contundentes” (8) “elecciones imperfectas” (9) e “Freedom Fighters” (12). Potencialmente, essas expressões metafóricas despoletariam reações emocionais, ao ativar imagens nas mentes dos alocutários. Trata-se do recurso ao modo de operação da ideologia do expurgo do outro e à estratégia de construção simbólica do tropo (Thompson, 1990). Por exemplo, a referência às provas contundentes evoca a experiência vivida pela comunidade internacional quando do engano perpetrado pelos EUA contra o Conselho de Segurança das Nações Unidas (doravante CSNU). Sob falsas provas, o CSNU resolveu em favor da intervenção militar no Iraque, a fim de recuperar armas de destruição em

massa. Anos mais tarde, o “informe Chilcot”⁸ evidenciou a inexistência de tais armas, ou seja, o engano.

Em resumo, as estratégias mais usadas para minar o PDV do oponente são três. Primeiro, o locutor-enunciador evita atribuir o discurso de um terceiro a um referente definido, ofuscando o sujeito gramatical mediante expressões indefinidas ou mediante o apagamento enunciativo. Segundo, o locutor-enunciador introduz uma informação que invalida a informação parafraseada, ou seja, apresenta um PDV que repercute negativamente na face do opositor, através de comentários intercalados ou do recurso a expressões contendo verbos de processo mental, que apresentam a informação como apreendida em segundo mão. Assim, o PDV atribuído ao adversário é apresentado como tendo pouca fiabilidade. Por último, o locutor-enunciador convoca conceitos-chave da doutrina legal internacional, a fim de demonstrar a contradição existente entre os conceitos recolhidos da doutrina da ONU e a sua interpretação por parte dos vários atores internacionais. Desta forma, o locutor-enunciador, por intermédio do discurso representado (Rabatel, 2003), veladamente, acusa os estados detentores do poder de imposição simbólica (Bourdieu, 1989) – identificados como *ele* ou *eles* – de não respeitar o marco legal, apetrechando-se em exemplos concretos. Simultaneamente, redefine os conceitos focados, nomeadamente, os direitos humanos (2, 3, 6, 10, 11), o terrorismo (5, 7, 8, 12) e a democracia (9, 10).

Tais estratégias resultam no desprestígio tanto do PDV do opositor político quanto da sua imagem. Parafraseando ou evocando o PDV atribuído ao adversário, o locutor-enunciador enfraquece a legitimidade do contrário. Numa perspectiva ideológica, as estratégias de construção simbólica ativadas com o objetivo de validar a própria postura ideológica seriam o expurgo do outro, a nominalização e a passivização, a standardização, o tropo e a narrativização. Tais estratégias estariam enquadradas nos modos de construção da ideologia, a saber, a unificação e a legitimação (Thompson, 1990). O locutor pretende, na realidade, substituir um saber de opinião (Charaudeau, 2010) por outro, isto é, o seu. Esse objetivo seria atingido após expor a opinião do enunciador-opositor como sendo falível e, portanto, suscetível de ser descartada. Em suma, o locutor quer se validar aos olhos do alocutário e ao mesmo tempo, deslegitimar o adversário político, minando o poder simbólico que esse último detém.

⁸ O informe foi publicado a 6 de julho de 2016. Fonte: *National Archives Government UK – Iraq inquiry*. <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20171123123237/http://www.iraqinquiry.org.uk/>. Acesso em: 08 set. 2022. Segundo o artigo publicado no diário Mirror a 7 de julho de 2016 pelos jornalistas Mikey Smith e Dan Bloom: “The Iraq Inquiry, set up in 2009 and chaired by Sir John Chilcot, was set up to look at the decision making that led to the invasion of Iraq. [...]”. Disponível em: <https://www.mirror.co.uk/news/uk-news/chilcot-report-due-what-it-8350484>. Acesso em: 08 set. 2022.

Outro artigo constante do mesmo diário, com a mesma data, apenas da autoria de Dan Bloom, recolhe as conclusões do informe na manchete e no subtítulo seguintes: “13 damning verdicts in the Chilcot Report that shame Tony Blair and his government. The inquiry slammed the ex-PM over the £11.8bn conflict that killed 179 British troops, more than 150,000 Iraqis and opened the door to ISIS”. Disponível em <https://www.mirror.co.uk/news/uk-news/13-damning-verdicts-chilcot-report-8360558>. Acesso em: 08 set. 2022.

Conclusões

O presente trabalho descreve o modo como o locutor político desvaloriza o posicionamento do adversário ideológico através da paráfrase das palavras desse último. Para tal, emprega o discurso representado enquanto estratégia discursiva (Rabatel, 2003). Neste sentido, os resultados alcançados confirmam o recurso ao apagamento discursivo como a principal estratégia linguística (Vion, 2004; Rabatel, 2003). Para além disso, a análise revela a tendência do locutor para escolher e reformular os excertos passíveis de se apresentarem aos olhos do alocutário, como uma contradição entre as informações enunciadas pelos adversários e os acontecimentos históricos, ou entre esses e as fontes transcendentais do direito internacional (Maingueneau, 2013, p. 109). Tais fontes legitimam a posição ideológica do locutor-enunciador, por via da estratégia do expurgo do outro, que apresenta o oponente como falaz ou desrespeitoso do sistema de valores e de crenças compartilhado pela comunidade internacional. O levantamento dessa contradição resulta, também, num ganho de credibilidade por parte do locutor-enunciador, que se apresenta como alguém respeitoso desse mesmo sistema de valores e de crenças. Consequentemente, o choque entre conteúdos doutrinários (Maingueneau, 2010, p. 12) e fatos históricos mina a credibilidade e a legitimidade do oponente ideológico. Cabe sublinhar que esse tipo de textualização dos PDV requer um grande esforço interpretativo e inferencial, devido ao facto de o locutor-enunciador não verbalizar toda a informação necessária para a compreensão do texto. Com efeito, o locutor-enunciador alude, reinterpreta e ofusca tanto o conteúdo quanto os referentes.

Portanto, os problemas apresentados na análise do discurso do outro derivam da exigência de um maior esforço interpretativo por parte do alocutário. As palavras parafraseadas e os acontecimentos evocados não são apresentados de forma clara ou literal. Verificam-se dificuldades em inferi-los porque falta informação contextual. Isto faz com que o alocutário tenha dificuldade em interpretar o significado e possa ser vítima de manipulação verbal. No caso dos discursos de tipo político (Maingueneau, 2010), salientamos a necessidade de realizar uma análise aprofundada tanto dos trechos de discurso representado (Rabatel, 2003) quanto dos comentários intercalados, atribuíveis a um enunciador-narrador, dado que ambos inscrevem PDV relevantes de uma perspectiva discursiva e ideológica. Quanto aos comentários, os mesmos correspondem ou ao locutor-enunciador ou a um “hiperenunciador” (Maingueneau, 2004), que representa a opinião de uma comunidade (*doxa*). No entanto, o PDV atribuído ao adversário está inscrito no ato de enunciação através de estratégias verbais, tais como o apagamento enunciativo (Vion, 2004; Rabatel, 2003). Para obter uma visão holística deste fenómeno polifónico e transtextual, impõe-se também a utilização dos instrumentos fornecidos pela sociolinguística.

A nossa abordagem debruça-se sobre a dimensão ideológica e centra-se nas estratégias linguísticas utilizadas pelos políticos de um ponto de vista discursivo, textual e sociolinguístico. Por um lado, o discurso representado (Rabatel, 2003) oferece as ferramentas para resolver a opacidade existente na distinção de referências, ou seja, na atribuição de responsabilidade

enunciativa. Por outro lado, os aportes teóricos sobre os modos e estratégias de construção simbólica da ideologia desenvolvidos pelo sociólogo Thompson (1990) completam a análise relativa à transmissão linguística da ideologia.

Assim, o discurso representado é um recurso através do qual o locutor inscreve dois PDV diferenciados, no nosso caso, antagônicos no ato de enunciação. Para tal, elabora uma síntese parafrástica de certas informações como estratégia persuasiva, que visa convencer o alocutário da bondade sua proposta ideológica. Neste sentido, os enunciadores e PDV convocados são fulcrais, mas também há utilização de certas expressões pertencentes a textos anteriores, escolhidas pelo seu valor simbólico. A intenção última do locutor-enunciador é apresentar ao alocutário uma reinterpretação da realidade através do discurso representado convincente (Rabatel, 2003). O discurso do outro, portanto, desenvolve um papel fundamental nos discursos de tipo político (Maingueneau, 2010), ao codificar PDV ideologicamente contraditórios e, assim, permitir o debate através do intercâmbio linguístico num contexto democrático (Amossy, 1994).

Referências

- ALMEIDA, M.; EMYGDIO, J. Uma investigação teórica sobre relações semânticas partitivas e sua aplicação em sistemas de organização do conhecimento. *Informação & Informação*, v. 24, n. 2, p. 31-37, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n2p31>.
- AMOSSY, R. (2008), Dimension rationnelle et dimension affective de l'éthos. In: RINN, M. *Émotions et discours: L'usage des passions dans la langue*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008, p. 113-125. Disponível em: <http://books.openedition.org/pur/30428>. Acesso em: 08 set. 2022.
- AMOSSY, R. *La présentation de soi*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010. DOI: <https://doi.org/10.3917/puf.amoss.2010.01>
- AMOSSY, R. Les dessous de l'argumentation dans le débat politique télévisé. *Littérature*, n. 93, p. 31-47, 1994. DOI: <https://doi.org/10.3406/litt.1994.2315>.
- AUSTIN, J. L. *How to do Things with Words*. Londres: Oxford University Press, 1955/1962.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *Documentation et recherche en linguistique allemande contemporain - Vincennes*, n. 26. Parole multiple. Aspect rhétorique, logique, énonciatif et dialogique, p. 91-151, 1982.
- BAKHTINE, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Le marxisme et la philosophie du langage: essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*. Tradução do russo de Marina Yaguello. Paris: Les Éditions de Minuit, 1929/1977.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística general I*. Madrid e México: Ed. Siglo XXI, 1966/1997.
- BOURDIEU, P. *et al. O poder simbólico*. Vol. 6. Lisboa: Difel, 1989.
- CHARAUDEAU, P. *Langage et Discours - Éléments de sémiolinguistique*. Paris: Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, P. *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005.
- CHARAUDEAU, P. Pathos et discours politique. In: CHARAUDEAU, P. *Émotions et discours: L'usage des passions dans la langue*. Rennes: Ed. Presses universitaires de Rennes, 2008, p. 49-58.

LINHA D'ÁGUA

CHARAUDEAU, P. Pour une interdisciplinarité «focalisée» dans les sciences humaines et sociales. *Questions de communication*, n. 17, p. 195-222, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4000/questionsdecommunication.385>.

DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Ed. De Minuit, 1984.

DUCROT, O. *Polifonía y argumentación*. Cali: Ed. Universidad del Valle, 1988.

ERRINGTON, J. J. 12 - On the Nature of the Sociolinguistic Sign: Describing the Javanese Speech Levels. *Semiotic Mediation Sociocultural and Psychological Perspectives*, 1985, p. 287-310. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-491280-9.50018-2>.

GENETTE, G. *Palimpsestes: la littérature au second degré*. Paris: Ed. Seuil, 1982.

KRISTEVA, J. *Semiotikè. Recherche pour une sémanalyse*. Paris: Ed. Seuil, 1969.

LUNDQUIST, L. *L'analyse textuelle - méthode, exercices*. Paris: CEDIC, 1990.

LUNDQUIST, L. La cohérence textuelle révisée: une étude pragmatique. *Folia Linguistica XXV/1-2*. Societas Linguistica Europaea. Berlin: Mouton/de Gruyter, 0165, 1991.

LUNDQUIST, L. *La cohérence textuelle*. Syntaxe, Sémantique, Pragmatique. Copenhaga: Busk, 1980.

MAINGUENEAU, D. Aphorisation et cadrage interprétatif. *Redis: revista de estudos do discurso*, n. 2, p. 100-116, 2013. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/3588>. Acesso em: 08 set. 2022.

MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. 2.ed., Bruxelas: Pierre Mardaga, 1984.

MAINGUENEAU, D. Hyperénonciateur et «participation». *Langages*, n. 156, p. 111-126, 2004. DOI: <https://doi.org/10.3917/lang.156.0111>.

MAINGUENEAU, D. Le discours politique et son «environnement». *Mots. Les langages du politique*, n. 94, p. 85-90, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4000/mots.19868>.

MAINGUENEAU, D. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hachette, 1987.

NUYTS, J. Subjectivity in modality, and beyond. In: ZUCZKOWSKI, A.; BONGELLI, R.; RICCIONI, I.; CANESTRARI, C. (Eds.). *Communicating certainty and uncertainty in medical, supportive and scientific contexts*. Amsterdão: Benjamins, 2014, p. 13-30.

NUYTS, J. The modal confusion: On terminology and the concepts behind it. In: KLINGE, A.; MÜLLER, H. (Eds.). *Modality: Studies in form and function*. Londres: Equinox, 2005, p. 5-38.

PITA, S.; PINTO, R. Construção dos Ethè em discursos políticos em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo. *Redis: Revista de Estudos do discurso*, v. 3, 2014. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/3579>. Acesso em: 08 set. 2022.

RABATEL, A. La construction textuelle du point de vue. *Sciences des discours*. Laussane-Paris: Ed. Delachaux & Niestlé S.A, 1998.

RABATEL, A. Les verbes de perception en contexte d'effacement énonciatif: du point de vue représenté aux discours représentés. *Travaux de linguistique*, v. 1, n. 1, p. 49-88, 2003. DOI: <https://doi.org/10.3917/tl.046.0049>.

RABATEL, A.; LEPOIRE, S. Le dialogisme des discours représentés et des points de vue dans les explications, entre concordance et discordance. *Cahiers de praxématique*, n. 45, p. 51-76, 2005. DOI: <https://doi.org/10.4000/praxématique.130>

RICOEUR, P. Ideology and Utopia as Cultural Imagination. *Philosophic Exchange*, v. 7, n. 1, artigo 5, 1976.

SEARLE, J. A Classification of Illocutionary Acts. *Language in Society*, v. 5, n. 1, p. 1-23, 1976.

LINHA D'ÁGUA

SILVERSTEIN, M. Language structure and linguistic ideology. In: CLYNE, P. R.; W. F. HANKS, W. F.; HOFBAUER, C. L. (Eds.). *The elements: A parasection on linguistic units and levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979, p. 193-247.

THOMPSON, J. *Ideology and Modern Culture: Critical Social Theory in the Era of Mass Communication*. EUA e Grã-Bretanha: Polity Press & Blackwell Publishers Ltd, 1990.

VION, R. Modalités, modalisations et discours représentés. *Langages*, n. 156, p. 96-110, 2004. DOI: <https://doi.org/10.3917/lang.156.0096>.

WHORF, B. L. *Language, thought, and reality: selected writings*. Cambridge: Technology Press of Massachusetts Institute of Technology, 1956.